

PM-TO

500 questões gabaritadas
Curso de Formação de
Oficiais- CFO



CÓD: SL-053MR-25
7908433272311

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	19
3. Matemática.....	33
4. Direito Constitucional	47
5. Direito Administrativo.....	67
6. Direito Penal	87
7. Direito Processual Penal	109
8. Direito Penal Militar	131
9. Direito Processual Penal Militar	135

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - 2022

Assinale a frase em que se comete um **erro** de grafia.

- (A) A seção em que trabalho é a mais procurada.
- (B) A adolescência é uma fase difícil.
- (C) Essas coisas nunca passam despercebidas.
- (D) Nunca mais vi aqueles facínoras.
- (E) Chegaram as encomendas através do correio.

2. FGV - 2022

Assinale a opção em que só a primeira forma do vocábulo está **correta**.

- (A) abóboda / abóbada.
- (B) deslise / deslize.
- (C) mantegueira / manteigueira.
- (D) freada / freiada.
- (E) bandeija / bandeja.

3. FGV - 2021

A frase abaixo em que há ERRO no emprego ou na ausência do artigo definido é:

- (A) Não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele pegue os ratos;
- (B) As grandes ideias sempre encontram os homens que as procuram;
- (C) As ideias concordam bem mais entre si do que os homens;
- (D) Todo o dia em que se trabalha é um dia perdido;
- (E) A virtude premeditada é a virtude do vício.

4. FGV - 2021

Como é sabido, os adjetivos e advérbios podem receber graus comparativo ou superlativo; a frase abaixo em que ocorre a gradação de um advérbio é:

- (A) Ela canta bem alto quando toma banho;
- (B) Ele agora está muito forte;
- (C) Que extraordinariamente amável é sua secretária;
- (D) Caminhou bastante tempo até a fábrica;
- (E) Não saiu daqui muito convencido.

5. FGV - 2022

Assinale a frase abaixo em que a preposição DE é uma exigência de um termo anterior (valor gramatical).

- (A) Se eu vi além dos outros, é porque eu estava sobre o ombro de gigantes.
- (B) Nunca subestime a capacidade de um homem de subestimar uma mulher.
- (C) Não aceite carona de homens estranhos e lembre-se de que todos os homens são estranhos.
- (D) A única maneira de ter amigos é ser amigo.
- (E) As más companhias são como um mercado de peixes; acaba-se acostumando com o mau cheiro.

6. FGV - 2022

A maioria das palavras mostra vários significados (polissemia), o que também ocorre com as preposições. Indique a frase em que a preposição DE tem o valor de “finalidade”.

- (A) A glória é como o vagalume: brilha de longe, mas vista de perto, não dá luz nem calor.
- (B) A melhor coisa que existe na televisão é o botão de desligar.
- (C) Moda é uma forma de feiura tão intolerável que precisamos alterá-la a cada seis meses.
- (D) Serviço de emergência disponível só com 24 horas de antecedência.
- (E) Existem dois tipos de esparadrapo: os que não grudam e os que não saem.

7. FGV - 2022

A maioria das palavras mostra vários significados (polissemia), o que também ocorre com as preposições.

Indique a frase em que a preposição COM tem o significado de “adição”.

- (A) Estilo é uma expressão do individualismo misturado com carisma.
- (B) Serviço de emergência disponível só com 24 horas de antecedência.
- (C) Estar em um navio é como estar em uma prisão, com a possibilidade de se afogar.

- (D) Toda a população do Universo, com uma insignificante exceção, é composta dos demais.
 (E) Deus não joga dados com o Universo.

8. FGV - 2021

Texto 1

“A instituição policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, quando da chegada de Martim Afonso de Sousa enviado ao Brasil – Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a instituição policial brasileira passou por seguidas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.”

É muito conhecida a frase “O crime não compensa”; se colocarmos a conjunção MAS após essa frase, uma complementação formalmente adequada será:

- (A) O crime não compensa, mas a pena pode ser demasiadamente longa;
 (B) O crime não compensa, mas todos preferem não cometê-lo;
 (C) O crime não compensa, mas o número de criminosos diminui a cada dia;
 (D) O crime não compensa, mas felizmente muitos criminosos são presos;
 (E) O crime não compensa, mas o lucro pode ser transitariamente grande.

9. FGV - 2021

A frase abaixo em que o emprego da conjunção E se mostra adequado é:

- (A) Professores e alunos aprendem na escola;
 (B) Roberto namora Maria e a nova camisa na vitrine;
 (C) Os meninos jogam bola e na loteria esportiva;
 (D) O casal viu o filme e os ingressos atirados ao chão;
 (E) João chegou com Maria e com um terno novo.

10. FGV - 2025

Assinale a opção que apresenta a frase que não mostra antônimos em sua composição.

- (A) É mais fácil perdoar um inimigo que um amigo.
 (B) Perdoar é cristão, mas esquecer é de sem-vergonha.
 (C) O melhor do novo é que responde a um desejo antigo.
 (D) Perde merecidamente o próprio quem cobiça o alheio.
 (E) Odiar o próximo deve ser uma das boas razões para amar.

11. FGV - 2022

Texto 2

“Um homem acusado de tráfico de drogas e associação para o tráfico foi preso, neste sábado (13/11), por policiais civis da 110ª DP (Teresópolis) e militares. Contra ele foi cumprido um mandado de prisão.

O criminoso foi capturado após informações de inteligência. Ele foi encaminhado para o sistema prisional, onde ficará à disposição da Justiça.”

No texto 2 há a ocorrência de três vocábulos que poderiam ser confundidos com seus parônimos: *tráfico/tráfego, cumprido/comprido, mandado/mandato*.

A frase abaixo em que o vocábulo destacado está bem empregado é:

- (A) absolver / absorver – O juiz decidiu absorver todo o grupo já que todas as provas eram circunstanciais;
 (B) aprender / apreender – O grupo de policiais aprendeu uma grande quantidade de drogas no galpão da empresa;
 (C) delatar / dilatar – O delegado resolveu delatar o prazo da investigação a fim de ajudar o trabalho dos agentes;
 (D) despensa / dispensa – A administração do presídio guardava numa espécie de dispensa todas as frutas;
 (E) fluir / fruir – Após o concerto a água fluía da torneira com toda a facilidade.

12. FGV - 2022

Todas as frases abaixo mostram linguagem figurada; a que mostra uma expansão da figura inicial, com o emprego de outra expressão figurada, é:

- (A) Felicidade é um lugar onde você pode pousar, mas não pode fazer seu ninho;
 (B) Felicidade é como um beijo: você deve compartilhar para aproveitá-lo;

- (C) Felicidade é uma escrivinha muito pequena e uma grande cesta de lixo;
 (D) Felicidade é um fluxo de caixa positivo;
 (E) A felicidade é um bem que se multiplica ao ser dividido.

13. FGV - 2021

Muitos vocábulos empregados em frases têm seu sentido histórico documentado em dicionários; outros, porém, só possuem significados quando situados em um contexto.

A frase abaixo em que o vocábulo destacado tem significado dependente do contexto é:

- (A) Maria leva uma vida difícil;
 (B) Em anexo, enviamos um cheque;
 (C) O computador ficou ligado a noite inteira;
 (D) O empregado faz tudo rapidamente;
 (E) Só vou sair amanhã à noite.

14. FGV - 2021

Todas as frases abaixo, retiradas de um dicionário de citações, mostram um mesmo vocábulo empregado duas vezes.

A frase em que o vocábulo repetido mostra significados diferentes é:

- (A) Sofre mais aquele que sempre espera do que aquele que nunca espera nada;
 (B) É melhor ser pessimista do que otimista. O pessimista fica feliz quando acerta e quando erra;
 (C) Cérebro: aparelho com que pensamos que pensamos;
 (D) Não sou da altura que me veem, mas sim da altura que meus olhos podem ver;
 (E) Agradar a si mesmo é orgulho, agradar aos outros, vaidade.

15. FGV - 2021

A palavra *motorista* designa um indivíduo na seguinte frase:

- (A) Ser motorista de ônibus é um trabalho árduo;
 (B) Meu pai é motorista desde os 20 anos;
 (C) O motorista deve dar prioridade aos pedestres;
 (D) O motorista chegou cedo, como todos os dias;
 (E) José conseguiu a vaga de motorista na empresa.

16. FGV - 2025

Assinale a frase que se mostra inteiramente correta em termos de pontuação.

- (A) Há apenas o nariz, entre o riso e a lágrima.
 (B) Pessoas felizes, não acreditam em milagres.
 (C) Se tivesse que fazê-lo, uma vez mais eu o faria.
 (D) O ódio é sempre mais clarividente, e mais engenhoso do que a amizade.
 (E) Não sei quem foi meu avô, estou muito preocupado em saber: qual vai ser o futuro do neto dele.

17. FGV - 2021

Uma das regras básicas do emprego da vírgula é para marcar a omissão de um termo; a frase abaixo que exemplifica esse fato é:

- (A) Aquele que não conhece Deus nesse mundo, não o conhecerá no outro;
 (B) O segredo de um bom sermão é ter um bom começo, um bom fim e ter ambos o mais perto possível;
 (C) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos;
 (D) Comprar um carro é necessidade, uma Mercedes, um exagero;
 (E) Uma criança, como seu estômago, não precisa de tudo que você pode dar a ela.

18. FGV - 2022

Assinale a frase abaixo que não mostra uma contradição lógica.

- (A) Eu adoro surpresas, desde que eu esteja pronto para elas.
 (B) Não há nada permanente exceto a mudança.
 (C) Há três coisas certas na vida: a morte, o erro e o imprevisto.
 (D) Eu disse um milhão de vezes para você não exagerar.
 (E) Pretendia me suicidar e quase me matei.

19. FGV - 2022

As opções a seguir mostram uma contradição lógica, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Saudade é a presença da ausência.
 (B) Eu, em tudo acredito, mas sem sempre acredito em tudo.
 (C) Seja breve, não importa quanto tempo isto leve.

- (D) Eu costumava ser indeciso, agora não estou tão certo disso.
 (E) Hoje é um bom dia para tomar decisões firmes, ou não?

20. FGV - 2021

Observe o seguinte texto, adaptado de uma pequena notícia de uma revista, em que um cantor famoso declara:

“Não é que eu esteja cansado de viajar, mas o que eu não posso fazer é sair de um estúdio de gravação e começar imediatamente uma série de shows. Isso é impossível. Você fica, nessas horas, com a cabeça confusa. No entanto, voltei às excursões: no dia 2 de outubro terminei a gravação do meu último disco e no dia 3 já estava cantando em São Paulo. Nem física nem psicologicamente se pode suportar esse ritmo. Mas esta vai ser a última excursão, sabe? O que acontece é que para um cantor é muito importante excursionar com um disco novo.”

Na estruturação de um texto, é muito importante a presença de elementos de coesão; o segmento desse texto que é independente de elementos coesivos anafóricos, ou seja, ligados a elementos anteriores, é:

- (A) Isso é impossível;
 (B) Você fica, nessas horas, com a cabeça confusa;
 (C) Não é que eu esteja cansado de viajar;
 (D) Nem física nem psicologicamente se pode suportar esse ritmo;
 (E) Mas esta vai ser a última excursão, sabe?

21. FGV - 2025

Assinale a frase que está expressa em discurso indireto.

- (A) O capital é trabalho roubado.
 (B) Fazer bons negócios é ver primeiro que os demais.
 (C) Quer que seus negócios continuem bem? Faça-os você.
 (D) Já foi dito que dinheiro disponível é uma lâmpada de Aladim.
 (E) Quando o assunto é dinheiro, todos os homens pertencem à mesma religião.

22. FGV - 2025

Assinale a opção que apresenta a frase que exemplifica o discurso indireto.

- (A) Não existe travesseiro mais macio do que uma consciência limpa.
 (B) Já disseram que nada parece interessante quando é nosso.
 (C) Meias-verdades são as mais espertas mentiras.
 (D) Faça amigos. É uma segunda existência.
 (E) Necessidade é a mãe da atração.

23. FGV - 2022

Observe o segmento de texto abaixo, retirado de um jornal carioca:

“No túnel Rebouças, a quantidade de *motoboys* é imensa e os motoristas devem ter atenção redobrada para que não ocorram graves acidentes.”

A palavra *motoboys* é um estrangeirismo de amplo emprego na língua portuguesa, assim como todos os que estão destacados nas frases abaixo; a opção em que o estrangeirismo empregado tem um substituto adequadamente indicado é:

- (A) O policial tinha em seu quarto um *poster* de Sherlock Holmes / quadro;
 (B) A delegacia não tinha como fazer *backup* dos arquivos / compartilhamento;
 (C) Mandava todas as mensagens por *e-mail* / correio eletrônico;
 (D) Procurou as informações necessárias num *site* especializado / noticiário;
 (E) O restaurante não tinha serviço de *delivery* / pagamento com cartão de crédito.

24. FGV - 2021

Em todas as frases abaixo há a presença do verbo ficar; o caso em que ocorre neologismo semântico no emprego desse verbo por atribuir-se a ele um sentido novo é:

- (A) José ficou em casa porque estava adoentado;
 (B) Aquele rapaz ficou com várias meninas na festa;
 (C) O candidato ficou nervoso na prova;
 (D) O carro ficou arranhado com o choque;
 (E) Ficou satisfeito com o novo game.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. FGV - 2025

Um perito criminal precisa analisar um conjunto de quatro amostras coletadas de uma cena de crime.

As amostras incluem os seguintes itens distintos:

- cinco fibras de tecido;
- três fios de cabelo;
- dois fragmentos de vidro; e
- uma amostra de solo.

Para realizar a análise, ele precisa escolher exatamente três itens entre as amostras, mas cada item deve pertencer a uma amostra diferente.

O número total de diferentes trios de itens que o perito pode escolher é

- (A) 59.
- (B) 60.
- (C) 61.
- (D) 62.
- (E) 63.

2. FGV - 2024

Em um encontro de 26 pessoas, 21 delas se conhecem mutuamente. Cada uma das 5 pessoas restantes não conhece nenhuma das outras 25 pessoas presentes.

Pessoas que se conhecem se cumprimentam com um abraço e pessoas que não se conhecem se cumprimentam com um aperto de mão. Todas as pessoas presentes ao encontro se cumprimentaram.

O número de apertos de mão foi

- (A) 115.
- (B) 120.
- (C) 125.
- (D) 130.
- (E) 135.

3. FGV - 2024

Gabriel, Hugo e Ledo são atletas e disputam uma série de corridas. Em cada corrida, o vencedor ganha 4 pontos, quem chega em segundo lugar ganha 2 pontos e quem chega em terceiro ganha 1 ponto. Após a terceira corrida, Gabriel acumulou um total de N pontos.

O número de valores diferentes possíveis para N é:

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

4. FGV - 2024

Uma roda de samba é composta por músicos que ficam dispostos em roda em torno de uma mesa. Determinada roda de samba conta com 9 músicos e, entre eles, 3 tocam instrumentos de corda. Para melhor organização, definiu-se que entre os músicos que tocam instrumentos de corda estarão sempre dois músicos que não tocam instrumentos de corda.

O número de maneiras distintas em que essa roda de samba pode ser organizada é igual a

- (A) 240.
- (B) 720.
- (C) 1440.
- (D) 4320.
- (E) 8640.

5. FGV - 2024

Em uma partida de tênis, um tenista venceu um set por 6 a 3. Isto é, ele ganhou 6 games e seu adversário ganhou 3. Sabe-se que:

– set é uma sequência de games jogados, com um jogador precisando vencer um número específico de games para ganhar o set.

– é jogado um game por vez. Assim, a evolução do placar de 0 a 0 até 6 a 3 em um Set pode ocorrer de diferentes formas.

– obrigatoriamente, o vencedor do Set é o vencedor do último game.

A quantidade de maneiras de evolução do placar do referido set é igual a

- (A) 84.
- (B) 56.
- (C) 28.
- (D) 24.
- (E) 18.

6. FGV - 2024

Em um pequeno teatro, uma fileira é composta de 6 cadeiras dispostas lado a lado. Ana, Bia e Caio sentar-se-ão ocupando três delas.

Essas 3 pessoas tomarão os seus lugares de modo que nunca duas ou três delas fiquem em assentos adjacentes.

O número total de formas distintas em que isso pode ser feito é

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 12.
- (D) 24.
- (E) 48.

7. FGV - 2024

O campeonato interestelar de *wongwong* será disputado por 24.225 jogadores. Cada partida de *wongwong* é disputada por dois jogadores e, como resultado, ao final há um vencedor e um perdedor. O campeonato será todo eliminatório, ou seja, em cada partida o perdedor é eliminado e o vencedor prossegue na disputa.

Assim, o número de partidas desse campeonato será igual a

- (A) 24.224.
- (B) 100.640.
- (C) 120.460.
- (D) 412.224.
- (E) 1.024.316.

8. FGV - 2024

Com os algarismos 0, 1, 2, 3, 4 e 5 é possível formar a seguinte quantidade de números de 3 algarismos:

- (A) 120.
- (B) 144.
- (C) 156.
- (D) 180.
- (E) 216.

9. FGV - 2024

Uma equipe de atendimento na área de saúde é formada, ao todo, por 6 enfermeiros e 4 médicos. A cada dia, exatos três plantonistas são escolhidos entre os integrantes dessa equipe, sendo um deles médico e os demais, enfermeiros.

Quem monta a escala de plantonistas sabe que certo médico e certo enfermeiro preferem, por razões pessoais, não trabalhar juntos.

Assim, se o responsável pela montagem da escala respeitar essas particularidades, o número total de trios distintos de plantonistas é

- (A) 55.
- (B) 60.
- (C) 85.
- (D) 105.
- (E) 115.

10. FGV - 2024

Um jogador lança repetidamente um dado comum de 6 faces, numeradas de 1 a 6, em que todos os resultados têm a mesma probabilidade de ocorrência. Haverá tantos lançamentos quantos forem necessários até que o jogo acabe. O jogo acaba:

– com vitória do jogador se o resultado obtido for 6;

– com derrota do jogador se o resultado obtido for, pela segunda vez, não necessariamente de modo consecutivo, um elemento do conjunto {3, 4, 5}.

O jogo continua se o resultado do lançamento for 2 ou 1, ou se o resultado obtido for, pela primeira vez, um elemento do conjunto {3, 4, 5}.

Sabendo-se que o jogo terminou devido ao resultado do 3º lançamento, a probabilidade de o jogador ser vitorioso é

- (A) 1/4.
- (B) 2/27.
- (C) 3/32.
- (D) 4/13.
- (E) 5/12.

11. FGV - 2024

Utilizando apenas as vogais do nosso alfabeto, Regina deve registrar uma senha para sua conta bancária formada por quatro letras de forma que não existam duas letras iguais juntas.

Nesse caso, o número de senhas possíveis é

- (A) 320.
- (B) 360.
- (C) 400.

- (D) 480.
(E) 500.

12. FGV - 2023

A Mega-Sena é um jogo de apostas no qual são sorteadas 6 dentre 60 bolas numeradas de 1 a 60. Cecília fez uma aposta, escolhendo os números 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Cecília está acompanhando o sorteio e viu que as três primeiras bolas sorteadas foram as de número 1, 2 e 3.

A chance de Cecília acertar os seis números e ganhar na Mega-Sena é agora de uma em

- (A) 29.260.
(B) 38.482.
(C) 61.245.
(D) 83.998.
(E) 102.063.

13. FGV - 2023

O número de anagramas que podem ser formados com as letras da palavra DEMOCRACIA em que todas as vogais estejam juntas e todas as consoantes também estejam juntas é igual a

- (A) 3600.
(B) 4800.
(C) 7200.
(D) 12300.
(E) 14400.

14. FGV - 2023

A quantidade de anagramas da palavra SAUDADE nos quais todas as vogais estejam juntas é igual a

- (A) 98.
(B) 144.
(C) 186.
(D) 204.
(E) 288.

15. FGV - 2023

Em uma empresa de projetos habitacionais, a equipe é formada por 6 engenheiros, 5 arquitetos e 4 paisagistas.

A fim de elaborar um novo projeto, serão escolhidos 4 desses profissionais, de modo que haja pelo menos um de cada habilitação profissional.

A quantidade de diferentes quartetos que podem assumir esse novo projeto é igual a

- (A) 300.
(B) 420.
(C) 480.

- (D) 540.
(E) 720.

16. FGV - 2023

Um conjunto é formado por 83 números ímpares e 139 números pares, todos diferentes. Os 222 números são usados para formar 111 pares ordenados, em que cada um dos 222 números é usado apenas uma vez.

Em exatamente 27 pares ordenados, os dois números usados em cada um deles são ímpares.

O número de pares ordenados nos quais, em cada um deles, os dois números usados são pares é

- (A) 56.
(B) 55.
(C) 54.
(D) 53.
(E) 52.

17. FGV - 2023

A quantidade de anagramas da palavra TOCANTINS que começam com a letra T e não terminam com a letra S, é expressa por

- (A) $\frac{7! \times 7}{2}$
(B) $\frac{8! \times 7}{2}$
(C) $7! \times 4$
(D) $7! \times 7$
(E) $8! \times 7$

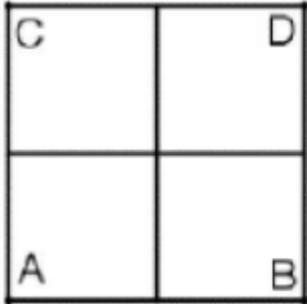
18. FGV - 2023

Considere todos os números de cinco dígitos que podem ser construídos com os algarismos 3, 4, 5, 6 e 7, sem repeti-los. Se colocarmos estes números em ordem crescente, o número 63745 ocupará a posição

- (A) 75.
(B) 76.
(C) 77.
(D) 78.
(E) 79.

19. FGV - 2023

Cada um dos quatro quadradinhos do painel representado abaixo será colorido com uma única cor e há 5 cores disponíveis para a pintura. Dois quadrados vizinhos (com um lado comum) não podem ter a mesma cor, mas dois quadrados não vizinhos podem ter a mesma cor.



O número de maneiras diferentes que esse painel pode ser pintado é

- (A) 120.
- (B) 180.
- (C) 240.
- (D) 260.

20. FGV - 2023

Com 10 consoantes diferentes dadas e as 5 vogais, queremos formar conjuntos de 3 letras diferentes, sendo 2 consoantes e 1 vogal.

A ordem das 3 letras em cada conjunto não o faz diferente. Por exemplo, o conjunto {A, B, C} é igual ao conjunto {B, A, C}. Assinale a opção que indica o número de conjuntos que podemos formar, nas condições dadas.

- (A) 455.
- (B) 450.
- (C) 360.
- (D) 250.
- (E) 225.

21. FGV - 2022

A senha bancária de João possui quatro dígitos. Ele esqueceu a senha, mas lembra-se que ela possui dois dígitos iguais e ímpares e mais dois dígitos pares e diferentes entre si.

Lembrando que 0 (zero) é par, o número de senhas diferentes que cumprem essas condições é

- (A) 540.
- (B) 600.
- (C) 720.

- (D) 960.
- (E) 1200.

22. FGV - 2022

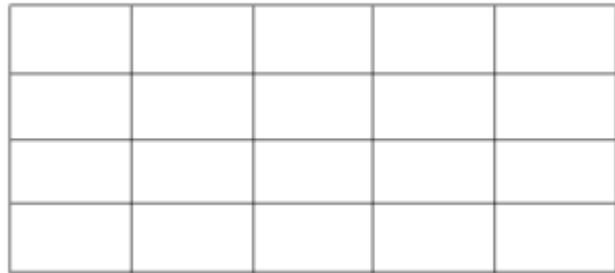
O número de anagramas da palavra ASSADO que não têm as 2 letras S juntas é:

OBS.: Anagramas de uma palavra são as permutações das letras dessa palavra.

- (A) 720;
- (B) 360;
- (C) 120;
- (D) 84;
- (E) 72.

23. FGV - 2022

Determine quantos retângulos existem na figura a seguir.



- (A) 70
- (B) 90
- (C) 110
- (D) 130
- (E) 150

24. FGV - 2022

Três meninos e duas meninas vão posar para uma fotografia e o fotógrafo sugere que eles fiquem em fila, em qualquer ordem, mas de modo que fique um menino em cada extremidade da fila.

O número de maneiras diferentes que eles as 5 crianças podem posar para a fotografia é

- (A) 6.
- (B) 12.
- (C) 24.
- (D) 36.
- (E) 48.

MATEMÁTICA

1. FGV - 2025

Um analista do Tribunal de Contas realizou um estudo para tentar prever o gasto com passagens aéreas com os servidores do tribunal. Nesse estudo, ele levou em consideração as seguintes variáveis:

1 - A distância entre o local de origem e o local de destino.

2 - Se o servidor é de nível médio ou superior.

3 - Se o servidor tem direito a bagagem ou não.

Essas variáveis são dos seguintes tipos, respectivamente:

(A) Quantitativa contínua, qualitativa ordinal e qualitativa nominal.

(B) Quantitativa discreta, qualitativa nominal e qualitativa ordinal.

(C) Quantitativa contínua, qualitativa ordinal e quantitativa discreta.

(D) Quantitativa discreta, qualitativa nominal e qualitativa nominal.

(E) Quantitativa contínua, qualitativa nominal, qualitativa nominal.

2. FGV - 2024

A afirmação que descreve corretamente os conceitos e as relações entre variáveis quantitativas e qualitativas é:

(A) variáveis quantitativas podem ser obtidas a partir de variáveis qualitativas em situações particulares;

(B) variáveis quantitativas são características observadas em populações, enquanto variáveis qualitativas são características observadas em amostras;

(C) variáveis quantitativas são características subjetivas, enquanto variáveis qualitativas são características objetivas;

(D) variáveis quantitativas são contínuas, enquanto variáveis qualitativas são discretas;

(E) variáveis quantitativas são representadas por números inteiros.

3. FGV - 2024

A opção que apresenta uma variável qualitativa é:

(A) altura;

(B) escolaridade;

(C) idade;

(D) peso;

(E) salário.

4. FGV - 2024

Em relação a conceitos básicos de estatística, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

I. A moda é uma medida de tendência central que apresenta a possibilidade de ser aplicada às variáveis qualitativas.

II. São exemplos de medida de dispersão a variância e o desvio-padrão, sendo a variância obtida pela raiz quadrada do desvio-padrão.

III. A média apresenta, em relação à mediana, a vantagem de não sofrer influência de valores extremos (outliers).

IV. Se uma variável é representada por números, ela será, necessariamente, uma variável quantitativa.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – F – V – V.

(B) F – V – F – V.

(C) V – F – V – F.

(D) V – F – F – F.

5. FGV - 2024

Na estatística descritiva, variável é a característica que vai ser observada, medida ou contada nos elementos da população ou da amostra, e que pode variar, ou seja, assumir um valor diferente de elemento para elemento.

Associe as variáveis à sua denominação.

1 - Variável qualitativa ordinal

2 - Variável quantitativa discreta.

3 - Variável quantitativa contínua

() O número de aprovados, por disciplina, no concurso público para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE: 0, 1, 2, ...

() Os meios de informação usados pelos candidatos do concurso público para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE: televisão, revista, internet e jornal.

() O estado civil dos candidatos do concurso público para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE: solteiro, casado e separado.

Assinale a opção que indica a associação correta, na ordem apresentada.

(A) 3 – 1 – 2.

(B) 3 – 2 – 1.

(C) 1 – 3 – 2.

(D) 1 – 2 – 3.

(E) 2 – 1 – 3.

6. FGV - 2023

O TCE SP contratou a empresa DataAnalysis para analisar as características dos candidatos que estão participando do seu concurso. Para realizar o pré-processamento dos dados, a DataAnalysis coletou e classificou as seguintes informações das variáveis relacionadas aos candidatos:

- Profissão do candidato
- Nome completo do candidato
- Número de anos de experiência profissional idade do candidato, considerando ano e meses
- Nível de escolaridade (Ensino Médio, Graduação, Pós- Graduação)

A variável classificada como qualitativa ordinal pela empresa DataAnalysis foi:

(A) Profissão do candidato;

(B) Nome completo do candidato;

(C) Número de anos de experiência profissional;

(D) Idade do candidato, considerando ano e meses;

(E) Nível de escolaridade (Ensino Médio, Graduação, Pós- Graduação).

7. FGV - 2023

Observe a seguinte amostra do conjunto de dados PACIENTE e seus atributos.

Nome	Escolaridade	Idade	Peso	Temperatura	Diagnóstico
João	Fundamental	12	45		Doente
Ana	Médio	16	58		Doente
Paulo	Superior	28	67		Saudável
Luiz	Mestrado	35	71,5		Doente

Em relação ao tipo e escala dos atributos de PACIENTE:

(A) “Escolaridade” é do tipo qualitativo e de escala ordinal;

(B) “Idade” é do tipo qualitativo discreto e de escala racional;

(C) “Peso” é do tipo quantitativo discreto e de escala intervalar;

(D) “Temperatura” é do tipo quantitativo contínuo e de escala racional;

(E) “Nome” e “Diagnóstico” são do tipo qualitativo e de escala ordinal.

8. FGV - 2022

O Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) foi implantado no ano de 2000 para monitoramento do vírus influenza no país. Em 20 de março de 2020 foi declarada a transmissão comunitária da Doença pelo Coronavírus 2019 (Covid-19) em todo o território nacional. Com isso, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) realizou a adaptação do Sistema de Vigilância de Síndromes Respiratórias Agudas, visando orientar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde para a circulação simultânea do novo coronavírus (Sars-CoV-2), influenza e outros vírus respiratórios no âmbito da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) (Portaria GM n° 188/2020).

A ficha de registro individual levanta diversas informações, dentre elas:

- 1 - Sexo (Feminino ou Masculino);
- 2 - Idade (em anos);
- 3 - Raça/Cor (Branca, Preta, Amarela, Parda, Indígena, Ignorada);
- 4 - Fumante (sim ou não);
- 5 - Possui fatores de risco/comorbidades? (Sim, Não, Ignorado);
- 6 - Escolaridade (Sem escolaridade/analfabeto, Fundamental 1° ciclo [1° ao 5° ano], Fundamental 2° ciclo [6° ao 9° ano], Médio [1° ao 3° ano], Superior, Não se aplica, Ignorado).

7 - Unidade da Federação.

As variáveis **2, 3, 6 e 7** acima são, nesta ordem:

- (A) quantitativa contínua; qualitativa ordinal; qualitativa nominal; qualitativa ordinal;
- (B) quantitativa discreta; qualitativa ordinal; qualitativa nominal; qualitativa nominal;
- (C) quantitativa discreta; qualitativa ordinal; qualitativa ordinal; qualitativa ordinal;
- (D) quantitativa contínua; qualitativa nominal; qualitativa nominal; qualitativa nominal;
- (E) quantitativa discreta; qualitativa nominal; qualitativa ordinal; qualitativa nominal.

9. FGV - 2023

Considere a sequência dos números ímpares que não possuem nenhum dígito igual a 1.

O 30° elemento dessa sequência é

- (A) 75.
- (B) 83.
- (C) 85.
- (D) 93.

10. FGV - 2025

Duas urnas A e B contêm, cada uma, 50 cartões. Em cada cartão está escrito um número inteiro maior do que zero. Na urna A há 30 números pares e 20 números ímpares, e na urna B há 10 números pares e 40 números ímpares. Sorteia-se aleatoriamente um cartão de cada urna, sem reposição, e faz-se o produto dos números sorteados. Repete-se esse processo até que sejam formados 50 produtos.

A respeito dos 50 produtos obtidos, é **correto** concluir que

- (A) 25 são pares e 25 são ímpares.
- (B) 10 são pares e 40 são ímpares.
- (C) 30 são pares e 20 são ímpares.
- (D) no máximo 30 produtos são pares.
- (E) no mínimo 10 produtos são ímpares.

11. FGV - 2024

Em uma modalidade esportiva, cada vez que um competidor qualquer vence seu adversário em uma partida, ele recebe 5 pontos por essa vitória. Quem sai derrotado de uma partida, perde 1 ponto. Se houver empate, ambos recebem 2 pontos.

Disputando 4 partidas, um competidor pode totalizar

- (A) 3 pontos negativos.
- (B) 0 ponto.
- (C) 12 pontos.
- (D) 14 pontos.
- (E) 18 pontos.

12. FGV - 2024

Um retângulo com dimensões 240cm × 96cm deverá ser completamente coberto por quadrados congruentes, de modo a não ocorrer sobreposição ou espaço entre eles.

Uma das possibilidades é cobrir o retângulo com 23.424 quadrados de lado 1cm. Outras possibilidades são usar quadrados menores ou até mesmo usar quadrados maiores.

Nesse caso, é correto afirmar que tais quadrados não podem ter seus lados medindo

- (A) 12cm.
- (B) 16cm.
- (C) 18cm.
- (D) 24cm.
- (E) 48cm.

13. FGV - 2024

Um número natural N de 2 algarismos é tal que quando dividido por 9 deixa resto 8 e quando dividido por 10 deixa resto 5.

Esse número N quando é dividido por 11 deixa resto

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 9.

14. FGV - 2024

No dia 17 de janeiro de 2024, o portal de notícias A Gazeta apresentou uma reportagem com o seguinte título: “Procon autua lanchonete no Aeroporto de Vitória por cobrar 30% de gorjeta”.

Fonte: <https://www.agazeta.com.br/agora/procon-autua-lanchonete-no-aeroporto-de-vitoria-por-cobrar-30-de-gorjeta-01241>

Em algumas localidades do Brasil, gorjeta é a taxa de serviço opcional cobrada em estabelecimentos gastronômicos e refere-se a um valor percentual do valor dos produtos consumidos. Assim, em geral, o valor total cobrado de um cliente é o valor dos produtos consumidos mais o valor da gorjeta.

Considere que um cliente da lanchonete citada na reportagem tenha reclamado do valor total cobrado e que o gerente, para atender a reclamação, tenha concedido ao cliente um desconto de 20% sobre o valor total cobrado inicialmente.

Dessa forma, é correto afirmar que o cliente, ao final, pagou o equivalente ao valor dos produtos consumidos mais uma gorjeta de

- (A) 4%.
- (B) 6%.
- (C) 10%.
- (D) 15%.
- (E) 26%.

15. FGV - 2024

Um varejista compra seus produtos de um fornecedor por um preço P e os vende, aos seus clientes, com 30% de acréscimo. A certo cliente, o varejista resolve dar 10% de desconto sobre o preço de venda.

Com tal desconto, o lucro auferido pelo vendedor nessa venda é de

- (A) 15%.
- (B) 17%.
- (C) 20%.

- (D) 22%.
- (E) 27%.

16. FGV - 2024

Em um supermercado, uma lata de certo produto foi anunciada com preço em oferta:



O valor do desconto é, aproximadamente, de:

- (A) 45%;
- (B) 54%;
- (C) 60%;
- (D) 64%;
- (E) 69%.

17. FGV - 2022

Em um grupo de P pessoas, 54% são mulheres e as demais pessoas são homens. Trinta mulheres deixam o grupo e trinta novos homens passam a fazer parte do mesmo. Nesse novo grupo, os homens representam 61%.

O valor de P é

- (A) 200.
- (B) 220.
- (C) 240.
- (D) 250.
- (E) 260.

18. FGV - 2021

Joana pagou uma conta vencida, com juros de 5%, no valor total (juros incluídos) de R\$ 382,20. Se Joana tivesse pagado a conta até o vencimento, teria economizado

- (A) R\$ 18,20.
- (B) R\$ 19,11.
- (C) R\$ 20,32.
- (D) R\$ 20,60.
- (E) R\$ 21,22.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FGV - 2025

Após amplos estudos realizados pelo Ministério competente, foi sugerido ao Presidente da República a apresentação de projeto de lei estabelecendo uma política pública especificamente direcionada a duas regiões do país, fundada em níveis de desenvolvimento humano, o que redundaria em direcionamento diferenciado de recursos e tratamento mais favorecido, quando cotejado com aquele dispensado às demais regiões.

O presidente do partido político Alfa, que tem grande penetração nas regiões preteridas, solicitou que sua assessoria analisasse a sua compatibilidade com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

A assessoria esclareceu corretamente que a proposta

- (A) não possui conformidade constitucional por destoar do objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional.
- (B) deve ser veiculada por meio de emenda constitucional, de modo a excepcionar a exigência de tratamento igualitário entre os entes federativos.
- (C) afronta a concepção de igualdade formal que deve reger o Estado de Direito, legitimando distinções de caráter arbitrário que buscarão amparo no subjetivismo do gestor.
- (D) é expressamente vedada pela ordem constitucional, que exige uniformidade das políticas públicas promovidas por cada ente federativo no interior do seu território.
- (E) se ajusta ao objetivo fundamental de reduzir as desigualdades sociais e regionais, ainda que redunde em tratamento inicial distinto entre as regiões do país.

2. FGV - 2024

A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, **com exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Intervenção consentida.
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (C) Independência nacional.
- (D) Prevalência dos direitos humanos.
- (E) Igualdade entre os Estados.

3. FGV - 2024

Maria, deputada federal, por entender que o isolamento de Brasília, capital federal, caminhava em norte contrário à sedimentação da ideologia participativa, apresentou projeto de lei visando à mudança temporária da sede do Poder Legislativo para determinada região do país, durante os meses previstos na proposição. A mudança, ao ver de Maria, era essencial ao desenvolvimento dessa região.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, ao apreciar a compatibilidade do referido projeto com a Constituição da República, observou corretamente que a mudança da sede do Poder Legislativo:

- (A) exige emenda constitucional;
- (B) deve ser antecedida de plebiscito;
- (C) pode ser realizada da forma alvitada por Maria;
- (D) pode ser estabelecida pelo Congresso Nacional, sem o concurso do Poder Executivo;
- (E) é vedada, considerando que há norma constitucional definindo Brasília como a capital federal.

4. FGV - 2024

Em determinado estado da federação, foi identificada uma grande extensão de terras públicas, de propriedade desse ente federativo, que alcançavam três mil hectares. Por tal razão, o órgão competente do Poder Executivo decidiu iniciar a análise das medidas necessárias para realizar a sua alienação, mais especificamente se haveria, ou não, a necessidade de autorização legislativa.

Considerando apenas os balizamentos constitucionais afetos à temática, é correto afirmar que:

- (A) cabe ao estado, por força de sua autonomia política, definir a necessidade, ou não, de autorização legislativa;
- (B) toda a alienação de terras públicas, independente de sua dimensão, depende de autorização legislativa;
- (C) a autorização será necessária, e deve ser concedida pelo Congresso Nacional, mas apenas se as terras estiverem situadas na área de fronteira;
- (D) por força do princípio da simetria, a autorização deve ser concedida pela Assembleia Legislativa, em lei editada a partir de projeto de iniciativa privativa do governador do estado;
- (E) é necessária a aprovação do Congresso Nacional, que não será veiculada por meio de lei, não contando, portanto, com a sanção do Chefe do Poder Executivo no processo legislativo.

5. FGV - 2024

João, parlamentar atuante no Congresso Nacional, solicitou que sua assessoria analisasse os aspectos procedimentais a serem observados para a fixação do subsídio do presidente e do vice-presidente da República.

A assessoria respondeu corretamente que, à luz da Constituição da República, a matéria é de competência:

- (A) exclusiva do Congresso Nacional, o que afasta a exigência de lei;
- (B) da União, podendo ser fixada em medida provisória ou em lei ordinária;
- (C) privativa do Congresso Nacional, devendo ser fixada em lei ordinária, de iniciativa parlamentar;
- (D) exclusiva do Congresso Nacional, sendo assegurado ao presidente da República o poder de veto;
- (E) privativa do Congresso Nacional, devendo ser fixada em lei ordinária, de iniciativa exclusiva do presidente da República.

6. FGV - 2024

Em razão da possível caracterização de uma situação de calamidade pública de âmbito nacional, foram iniciadas discussões, entre os partidos políticos com representatividade nas Casas do Congresso Nacional, em relação às questões procedimentais envolvendo o estado de calamidade pública. Com a análise da sistemática constitucional, os líderes partidários concluíram corretamente que

- (A) como a matéria deve ser disciplinada em lei complementar, o Presidente da República não pode editar medida provisória com esse objetivo.
- (B) por se tratar de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional, o ato a ser editado não carece de sanção do Presidente da República.
- (C) o referido estado de calamidade pública deve ser decretado pelo Presidente da República, competindo ao Congresso Nacional aprová-lo, ou não.
- (D) a matéria é de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, que deve submetê-la ao Congresso Nacional sob a forma de projeto de lei ordinária.
- (E) qualquer Deputado Federal ou Senador tem legitimidade para apresentar a proposição legislativa ao Congresso Nacional, sendo que o Presidente da República não participa do processo legislativo.

7. FGV - 2024

Em razão de uma série de normas editadas no âmbito do estado Alfa, afetas à contraprestação estipendial devida aos deputados estaduais, foi previsto que a denominada “indenização de representação de gabinete” não pode superar certo patamar. Os pagamentos devidos em razão de convocação para sessão extraordinária ficam limitados a dez por cento da contraprestação estipendial regular. Por fim, foi previsto que o valor, com forma jurídica própria e devidamente previsto em lei, destinado a compensar uma perda, não está sujeito ao teto remuneratório constitucional.

Ao analisar essa sistemática à luz da Constituição da República, é correto afirmar que:

- (A) as três medidas adotadas são constitucionais;
- (B) somente é inconstitucional a “indenização de representação de gabinete”;
- (C) somente são inconstitucionais os pagamentos decorrentes de convocação para sessão extraordinária;

- (D) somente é inconstitucional a não sujeição, ao teto remuneratório constitucional, do valor destinado à compensação de perda;
- (E) somente são inconstitucionais a “indenização de representação de gabinete” e os pagamentos decorrentes de convocação para sessão extraordinária.

8. FGV - 2024

João, deputado estadual, filiado ao partido político Alfa, foi condenado pela prática de ato de improbidade administrativa em sentença transitada em julgado, tendo sofrido a sanção de suspensão dos direitos políticos. Ao tomar conhecimento dessa condenação, o diretório estadual do partido político Alfa consultou sua assessoria em relação aos seus efeitos sobre o mandato eletivo de João.

Foi corretamente respondido ao diretório estadual que:

- (A) cabe ao Tribunal de Justiça decidir, em caráter definitivo, em relação à perda do mandato de João;
- (B) a perda do mandato de João será declarada pela Mesa da Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa;
- (C) a perda do mandato de João será decidida pela Mesa da Assembleia Legislativa, por maioria absoluta, assegurada ampla defesa;
- (D) a perda do mandato de João, enquanto efeito da condenação, é uma medida autoexecutória, o que permite a imediata posse do suplente;
- (E) a ordem constitucional proscreeva a sistemática das penas acessórias; logo, a perda do mandato de João somente será decretada se houver previsão expressa na sentença.

9. FGV - 2022

João, deputado federal, foi denunciado pelo Procurador-Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal, pela prática de crime contra a Administração Pública.

Nesse caso, a denúncia:

- (A) somente poderá ser apreciada mediante prévia autorização da Câmara dos Deputados, o que não afetará o exercício do mandato;
- (B) pode ser livremente apreciada, independentemente de autorização da Câmara dos Deputados, mas esta Casa pode sustar o seu andamento;

- (C) uma vez recebida, acarretará o afastamento automático de João, salvo decisão em contrário da Câmara dos Deputados, tomada por maioria absoluta de votos;
- (D) pressupõe o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, o qual, em sendo positivo, permitirá o início do processo criminal em desfavor de João;
- (E) somente poderá ser apreciada mediante prévia autorização do Congresso Nacional, que também pode sustar o seu andamento no momento que lhe pareça adequado.

10. FGV - 2022

A Polícia Civil do Estado Alfa, em uma operação de rotina, constatou que o Deputado Federal João estava em situação de flagrância na prática de determinada infração penal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João

- (A) não pode ser preso, salvo com autorização prévia da respectiva Casa Legislativa, mas o processo penal não carece de autorização para ser iniciado.
- (B) deve ser preso em flagrante, qualquer que seja a infração penal, e os autos serão remetidos à Casa Legislativa, que resolverá sobre a prisão, devendo ainda autorizar o início de eventual processo penal.
- (C) deve ser preso em flagrante, apenas se a hipótese for de crime inafiançável, e os autos serão remetidos à Casa Legislativa, que resolverá sobre a prisão, devendo ainda autorizar o início de eventual processo penal.
- (D) deve ser preso em flagrante, apenas se a hipótese for de crime inafiançável, e os autos serão remetidos à Casa Legislativa, que resolverá sobre a prisão, mas o processo penal não carece de autorização para ser iniciado.
- (E) deve ser preso em flagrante, qualquer que seja a infração penal, e os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal, que resolverá sobre a prisão, sendo que o início do processo penal depende de autorização da Casa Legislativa.

11. FGV - 2022

O deputado estadual João concedeu ampla entrevista a um popular programa televisivo, informando que havia uma organização criminosa instalada no governo do Estado com o objetivo de fraudar licitações e contratos administrativos.

Descreveu em detalhes o *modus operandi* da organização criminosa e informou que recebera as informações de dois servidores públicos estaduais de absoluta confiança.

Em razão dessa narrativa, foi instaurada investigação penal para apurar os fatos e identificar os membros da organização criminosa. A primeira providência foi intimar o deputado estadual João para depor.

À luz da sistemática constitucional, João:

- (A) está obrigado a depor sobre os fatos e a fornecer a identidade das pessoas que passaram as informações;
- (B) não está obrigado a depor sobre os fatos nem a fornecer a identidade das pessoas que passaram as informações;
- (C) está obrigado a depor sobre os fatos, mas não a fornecer a identidade das pessoas que passaram as informações;
- (D) não está obrigado a depor sobre os fatos, mas deve fornecer a identidade das pessoas que passaram as informações;
- (E) está obrigado a depor sobre os fatos, mas pode silenciar em relação àquilo que o implique, devendo preservar o sigilo de suas fontes.

12. FGV - 2022

Maria estava concorrendo ao mandato eletivo de Deputada Federal. Por ser muito íntegra, além de profissional qualificada na área de informática, consultou o seu advogado a respeito da existência, ou não, de alguma vedação a que tivesse contratos com uma autarquia federal. O questionamento decorria do fato de Maria possuir um contrato dessa natureza, o qual apresentava peculiaridades, em relação às obrigações de ambas as partes, que o distinguiam dos demais contratos celebrados pela autarquia na área de informática.

O advogado respondeu corretamente que

- (A) se eleita, Maria, desde a posse, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- (B) não há óbice à continuidade do contrato, por se tratar de atividade privada e essencialmente lícita.

(C) se eleita, Maria, desde a proclamação dos eleitos, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.

(D) se eleita, Maria, desde a expedição do diploma, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.

(E) não há óbice à continuidade do contrato, desde que Maria se abstenha de votar a respeito de proposições que tangenciem o seu objeto.

13. FGV - 2022

Após um acordo entre as lideranças partidárias, a Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, com o objetivo de avaliar os critérios utilizados na execução orçamentária de determinado programa de trabalho, deliberou, pela maioria absoluta de seus membros: (1) convocar o governador do Estado, responsável pela prática dos atos analisados; (2) convocar os dirigentes máximos dos entes da Administração Pública indireta, cuja área de atuação tangenciava o referido programa de trabalho; (3) solicitar o depoimento de três renomados economistas; e (4) quebrar o sigilo bancário dos integrantes do órgão estadual de auditoria, considerando a existência de provas de que se omitiram na fiscalização e de que tinham um elevado padrão de vida.

À luz da sistemática constitucional, são corretas as medidas descritas:

- (A) apenas no item 3;
- (B) apenas nos itens 1 e 2;
- (C) apenas nos itens 3 e 4;
- (D) apenas nos itens 1, 2 e 3;
- (E) nos itens 1, 2, 3 e 4.

14. FGV - 2018

Foi instituída Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no âmbito da câmara dos Deputados com o seguinte objeto: “identificar possíveis irregularidades nos atos de gestão da administração pública federal indireta”. Ainda constou do ato de instauração que a CPI funcionaria por tempo indeterminado, bem como que teria poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Por entender que o ato de instauração da CPI era manifestamente ilícito, o Partido Político Alfa solicitou o parecer de um advogado, o qual respondeu, corretamente, amparado pela ordem constitucional, que:

- (A) apenas o prazo de funcionamento da CPI era irregular;

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FGV - 2024

Com relação aos princípios que regem as atividades da Administração Pública, aquele que foi alçado por último à Constituição Federal de 1988, por meio de emenda constitucional (EC 19/98), preconiza que

- (A) os atos praticados pela Administração Pública devem ser amplamente divulgados.
- (B) a atuação dos agentes do Poder Público deve ser pautada pela boa-fé e lealdade.
- (C) a administração Pública só poderá agir quando houver previsão legal.
- (D) a execução da atividade administrativa exige presteza, perfeição e rendimento funcional.
- (E) as ações públicas devem ser objetivas, sem buscar o favorecimento ou discriminação de indivíduos.

2. FGV - 2024

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de uma lei estadual que conferiu um bônus de 10% na nota dos candidatos a concurso público que residiam na localidade, entre outros fundamentos, pelo fato de que tal norma viola princípio expresso no Art. 37, *caput*, da CRFB/88, sendo **correto** afirmar que se trata do

- (A) princípio da impessoalidade.
- (B) princípio da legalidade.
- (C) princípio da publicidade.
- (D) princípio da segurança jurídica.
- (E) princípio da indisponibilidade do interesse público.

3. FGV - 2023

Determinada autoridade competente de um órgão de investigação em âmbito federal fez editar um Ofício determinando que todas as informações e documentos incluídos no sistema eletrônico de informações do respectivo órgão são de acesso restrito ou sigiloso, vedando, por conseguinte, genericamente, o acesso público a qualquer dado daquela repartição.

Considerando as normas constantes do ordenamento pátrio sobre o acesso à informação e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que o mencionado Ofício

- (A) é válido, na medida em que indica as situações em que a imposição de restrição ou sigilo é viável.
- (B) é nulo, porque qualquer ato restritivo da publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal.
- (C) é válido, diante da viabilidade de restrição genérica ao acesso de informações, para assegurar a intimidade e a vida privada das pessoas a que digam respeito.
- (D) é nulo, pois não é possível a restrição de qualquer informação, ainda que relativa à segurança da sociedade e do Estado.
- (E) é válido, por se tratar de uma mitigação do princípio da publicidade respaldada pela Constituição da República de 1988.

4. FGV - 2024

O chefe de uma repartição pública da Administração Direta do Município Ômega verificou, dentro do prazo de seis meses após a realização de um ato administrativo por ele mesmo praticado, que tal ato estava eivado de um vício que o tornava ilegal. Em razão disso, anulou tal ato, indicando a motivação pela qual o fazia.

O princípio da Administração Pública relativo a este ato de anulação é o princípio da

- (A) hierarquia.
- (B) publicidade.
- (C) autotutela.
- (D) eficiência.
- (E) impessoalidade.

5. FGV - 2024

O Prefeito do Município *Alfa*, após ouvir a opinião técnica do secretário de saúde da municipalidade, decidiu revogar um ato administrativo válido, mas que, por razões políticas, tornou-se inconveniente e inoportuno, sem qualquer prejuízo aos efeitos até então produzidos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- (A) consensualidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) continuidade.
- (D) moralidade.
- (E) autotutela.

6. FGV - 2023

Ao analisar determinado processo administrativo, Maria, servidora ocupante do cargo de técnica de gestão administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, verificou que há nos respectivos autos uma decisão administrativa, que não apontou as razões de fato e de direito que lhe deram ensejo, sendo correto afirmar que tal situação importa em violação, especificamente, do princípio da Administração Pública designado de

- (A) continuidade.
- (B) motivação.
- (C) isonomia.
- (D) autotutela.
- (E) eficiência.

7. FGV - 2024

Imagine uma situação em que a lei exija a exposição dos fatos e fundamentos jurídicos para certa decisão administrativa, enquanto aspecto não essencial ao ato administrativo correspondente.

Caso a autoridade competente não cumpra a aludida determinação, em situação em que as respectivas razões existam, sejam verdadeiras e congruentes com o ato, é **correto** afirmar que a mencionada ausência de motivação caracteriza vício no elemento

- (A) motivo, que é passível de convalidação.
- (B) finalidade, que não é passível de convalidação.
- (C) competência, que não é passível de convalidação.
- (D) forma, que é passível de convalidação.
- (E) objeto, que é passível de convalidação.

8. FGV - 2024

Existem elementos do ato administrativo que são vinculados, mesmo nas situações em que o ato é discricionário, de modo a viabilizar, inclusive, o controle jurisdicional de legalidade a ser exercido nesse último caso.

Entre tais elementos vinculados, destacam-se

- (A) competência e finalidade.
- (B) motivo e objeto.
- (C) objeto e competência.
- (D) finalidade e motivo.
- (E) competência e motivo.

9. FGV - 2023

João, magistrado, completa 75 anos de idade, ensejando a edição de ato administrativo de aposentadoria compulsória, em razão da dicção da Constituição Federal.

Nesse cenário, considerando os elementos do ato administrativo, é correto afirmar que a idade de João é)

- (A) o objeto do ato administrativo, o qual dispõe, no caso apresentado, de natureza indeterminada.
- (B) o objeto do ato administrativo, o qual dispõe, no caso apresentado, de natureza determinada.
- (C) a motivação de fato do ato administrativo.
- (D) o motivo de direito do ato administrativo.
- (E) o móvel de fato do ato administrativo.

10. FGV - 2024

Após explicar em que consiste a imperatividade, Cláudia foi instada a exemplificar uma situação em que o ato administrativo não é dotado de tal atributo, mesmo que realizado em consonância com o ordenamento jurídico, à luz da juridicidade.

Diante dessa situação hipotética, Cláudia citou **corretamente**

- (A) a aplicação de uma multa.
- (B) o embargo de uma obra.
- (C) a elaboração de parecer.
- (D) a edição de um Decreto.
- (E) a determinação de uma limitação administrativa.

11. FGV - 2024

A concessão de licença para dirigir veículos automotores caracteriza-se como

- (A) ato administrativo unilateral e discricionário.
- (B) ato administrativo unilateral e vinculado.
- (C) ato administrativo bilateral e discricionário.
- (D) ato administrativo bilateral e vinculado.
- (E) ato administrativo composto e discricionário.

12. FGV - 2024

1º cenário: o Presidente da República indicou Caio ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, após a aprovação pelo Senado Federal, Caio foi nomeado, tomando posse na Suprema Corte brasileira.

2º cenário: João, agente público competente, elaborou o parecer XYZ, que depende de visto da autoridade superior para produção dos seus efeitos.

Com base nas situações narradas e considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante quanto à formação dos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo complexo. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo composto.
- (B) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo composto. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo complexo.
- (C) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo composto. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo simples.
- (D) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal e o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, caracterizam-se como atos administrativos complexos.
- (E) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal e o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, caracterizam-se como atos administrativos compostos.

13. FGV - 2024

Após explicar a distinção entre os atos vinculados e os atos discricionários, Rosângela foi instada a dar um exemplo de ato vinculado.

- Nesse contexto, Rosângela citou **corretamente** a
- (A) admissão.
 - (B) autorização no âmbito do poder de política.
 - (C) concessão de uso de bem público.
 - (D) prorrogação do prazo de validade de um concurso público.
 - (E) permissão de uso de bem público.

14. FGV - 2023

A Administração Pública, em âmbito federal, descobre, a partir de estudos técnicos, a potencial existência de um campo de exploração de petróleo em área de preservação ambiental. Desta forma, o órgão público competente encomenda, junto à Advocacia Geral da União, a confecção de um parecer sobre a viabilidade jurídica de se proceder à exploração de petróleo na localidade supracitada. Nesse contexto, dois meses após o pedido, o parecer técnico é devidamente apresentado.

Nesse cenário, é correto afirmar que o parecer caracteriza um ato administrativo

- (A) enunciativo.
- (B) ordinatório.
- (C) normativo.
- (D) punitivo.
- (E) negocial.

15. FGV - 2023

O presidente da Câmara dos Deputados editou, no mês passado, ato normativo visando a sistematizar a forma de funcionamento dos serviços de consultoria legislativa da casa, prevendo rotina interna de organização diferenciada para cada tipo de matéria tratada.

O referido ato teve todas as suas fases com regular tramitação até sua devida publicação no mesmo mês, mas em razão dos impactos administrativos e reflexos na atividade de consultoria, o Presidente da Câmara estabeleceu em referido ato que suas disposições passarão a produzir efeito seis meses após sua publicação.

O ato veio a ser impugnado judicialmente tendo o pleito sido rejeitado com análise de mérito, mediante decisão judicial já transitada em julgada.

Nesse sentido, em tema de fases de constituição do ato administrativo, assinale a opção correta quanto às características do ato em questão, levando-se em consideração a presente data como um mês após a publicação do ato.

- (A) Perfeito, válido e ineficaz.
- (B) Imperfeito, válido e inefetivo.
- (C) Perfeito, inválido e ineficaz.
- (D) Existente, inválido e eficaz.
- (E) Existente, válido e efetivo.

16. FGV - 2024

Ao realizar a atividade de controle administrativo, a autoridade competente observou as seguintes situações:

I. a sociedade Alfa após obter o regular deferimento de certo ato administrativo praticou infração que deve importar em sua extinção;

II certo ato discricionário regularmente deferido à sociedade Beta, sem vícios, não mais atende ao interesse público;

III determinado ato vinculado deferido em benefício da sociedade Ômega possui vício sanável de competência.

Aponte a opção que correlaciona adequadamente a situação descrita à providência a ser adotada pela Administração Pública.

- (A) I-cassação; II-revogação; III-convalidação.
- (B) I-anulação; II-revogação; III-anulação.
- (C) I-revogação; II-anulação; III-convalidação.
- (D) I-cassação; II-anulação; III-revogação.
- (E) I-anulação; II-convalidação; III-revogação.

17. FGV - 2024

No exercício de suas atribuições relacionadas ao controle interno, Mirela, servidora estável da Câmara dos Deputados, foi questionada acerca da eventual possibilidade de revogação nas seguintes hipóteses:

I. deferimento de certo ato administrativo vinculado;

II. ato precluso em determinado processo administrativo;

III. ato administrativo cujo prazo já expirou.

Nesse contexto, Mirela respondeu corretamente que são irrevogáveis as situações constantes em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

18. FGV - 2024

Após a publicação de um edital de concurso público para a contratação de novos funcionários, a prefeitura de um município brasileiro se viu diante de um imprevisto: a região foi acometida por um estado de calamidade pública devido a chuvas intensas e inesperadas. Diante dessa situação, a administração municipal passou a reconsiderar a viabilidade de prosseguir com a realização do concurso.

No caso apresentado, é correto afirmar que a prefeitura

- (A) pode revogar o concurso, em respeito ao princípio da autotutela.
- (B) pode anular o concurso, em respeito ao princípio da tutela.
- (C) pode adiar o concurso, em respeito ao princípio da impessoalidade.
- (D) não pode realizar o concurso, em respeito do princípio da publicidade.
- (E) deve realizar o concurso na data estipulada, em função do princípio da razoabilidade.

19. FGV - 2024

No exercício de suas atribuições administrativas como Procurador da Assembleia Legislativa do Paraná, Victor verificou a necessidade de invalidar determinado ato administrativo que detém vício insanável, de modo que, para promover a adequada justificação da respectiva decisão, passou a perquirir as normas atinentes à motivação constantes do Decreto-Lei nº 4.657/42 (LINDB), introduzidas pela Lei nº 13.655/2018 e do respectivo Decreto regulamentador (Decreto nº 9.830/2019), vindo a concluir **corretamente** que

- (A) nas hipóteses de vício insanável, a gravidade do vício, excepciona a necessidade de motivação.
- (B) verificado o vício insanável, não há necessidade de indicar de modo expresso as consequências jurídicas e administrativas da invalidação.
- (C) a constatação do vício insanável impõe a invalidação, não sendo possível restringir os efeitos da declaração no âmbito da motivação.

DIREITO PENAL

1. FGV - 2024

Melchediades, jogador de um time de futebol, aceitou vantagem indevida oferecida por Heráclito, servidor da Receita Federal do Brasil que, paralelamente, exerce a atividade de empresário no ramo de casas de apostas esportivas. Segundo as tratativas, Melchediades deveria receber cartão vermelho em determinada partida em troca do recebimento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Antes de receber a vantagem indevida, Melchediades foi preso juntamente com Heráclito, em operação policial.

Pelo exposto, é correto afirmar que Melchediades (A) deverá responder pelo crime previsto no Art. 317 do Código Penal.

(B) não praticou crime algum, tendo em vista que sua conduta foi interrompida nos atos preparatórios.

(C) deverá responder pelo crime previsto no Art. 41-C da Lei nº 10.671/2003.

(D) deverá responder pelo crime previsto no Art. 198 da Lei nº 14.597/2023.

(E) deverá responder pelo crime previsto no Art. 2º, inc. IX da Lei nº 1.521/1951.

2. FGV - 2024

Com relação à aplicação da lei penal no espaço, segundo o vigente Código Penal, assinale a afirmativa correta.

(A) Somente as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública são consideradas como extensão do território nacional para fins penais.

(B) Aplica-se a lei penal brasileira aos fatos praticados em quaisquer embarcações brasileiras, ainda que estejam ancoradas em porto estrangeiro.

(C) A lei brasileira nunca é aplicável aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras.

(D) Ainda que seja cometido no estrangeiro, o crime de genocídio fica sujeito à lei brasileira quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

(E) Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves privadas estrangeiras, ainda que estejam em pouso no território nacional.

3. FGV - 2023

O jogador Vinícius Júnior foi expulso, no dia 21/05/2023, em partida de futebol realizada contra o Valencia pelo campeonato espanhol, após reagir a ofensas racistas perpetradas por torcedores do time rival. Ao longo da partida, foi possível ouvir constantes gritos de “macaco!” advindos da torcida do Valencia e direcionados ao atacante brasileiro. A polícia de Madri recolheu impressões digitais e vestígios genéticos de várias pessoas envolvidas no ato. Afora isso, as autoridades locais rastrearam placas de veículos automotores que transitaram próximo ao estádio. Diante da investigação da polícia madrilenha, chegou-se à autoria em relação a determinados indivíduos.

Considerando a narrativa fática, é correto afirmar que a lei penal brasileira:

(A) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da territorialidade mitigada;

(B) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da nacionalidade ativa, podendo-se afirmar que nesta hipótese a extraterritorialidade é condicionada;

(C) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da representação, podendo-se afirmar que, nessa hipótese, a extraterritorialidade é incondicionada;

(D) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da justiça penal universal, bem como a hipótese legal decorrente do princípio da defesa que é verificada quando o delito é praticado por estrangeiro contra brasileiro, podendo-se afirmar que, em ambos os casos, teremos extraterritorialidade incondicionada;

(E) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da justiça penal universal, bem como a hipótese legal decorrente do princípio da defesa que é verificada quando o delito é praticado por estrangeiro contra brasileiro, podendo-se afirmar que, em ambos os casos, teremos extraterritorialidade condicionada.

4. FGV - 2023

Caio caminha pelas ruas de um Estado estrangeiro quando é surpreendido por Tício, brasileiro, que lhe desferiu diversas ofensas, incluindo uma “cusparada” no rosto. O delito de injúria real é fato típico e ilícito em ambos os países.

A respeito do caso relatado, é correto afirmar que (A) se Caio também for brasileiro, caberá a aplicação da lei brasileira aos fatos ocorridos no exterior. A ação penal será pública incondicionada, por se tratar de injúria real.

(B) a lei brasileira é aplicável ao caso, desde que Tício retorne ao Brasil, independentemente de ter havido, ou não, persecução penal na origem.

(C) ainda que Tício retorne ao Brasil, a lei brasileira não é aplicável ao caso, por se tratar de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira.

(D) se o fato tivesse ocorrido no Brasil, envolvendo estrangeiros, o Brasil não poderia reconhecer a aplicação da lei penal estrangeira ao fato ocorrido em território nacional.

(E) a hipótese é de extraterritorialidade condicionada, bastando que Tício retorne ao Brasil e que Caio ajuíze a competente queixa-crime para que haja a aplicação da lei penal brasileira.

5. FGV - 2024

Sobre a classificação das infrações penais, analise as afirmativas a seguir.

I. No crime omissivo espúrio, a omissão é descrita no próprio tipo penal e não admite a tentativa nem a modalidade culposa.

II. Ricardo desferiu uma facada no pescoço de Carlos, com objetivo de matá-lo. Na sequência, para assegurar o resultado, ele desferiu um disparo de arma de fogo contra a cabeça de Carlos. Carlos veio a falecer em virtude dos ferimentos causados pelo disparo da arma de fogo. Este homicídio é exemplo de crime de passagem.

III. A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, originando-se o dever de agir somente de dever de cuidado, proteção ou vigilância oriundos da lei e de assunção de responsabilidade para impedir o resultado.

Está correto o que se afirma em

(A) II e III, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II, apenas.

(E) I, II e III.

6. FGV - 2023

Richard era o engenheiro responsável pela construção de um prédio em Aracaju. Em determinado momento, quando o prazo para entrega da obra estava prestes a se concluir, foi informado pela equipe de que havia uma dificuldade em encontrar, no mercado, material de suficiente resistência para a finalização da estrutura das vigas de sustentação. Determinou, então, que se prosseguisse com um material mais barato e substancialmente menos resistente. Perguntado se estava ciente dos riscos, inclusive de desabamento, disse:

“É melhor correr esse risco do que atrasar a entrega”.

Meses depois, em razão da falta de resistência das vigas, o prédio desabou, com dezenas de vítimas fatais. Nesse caso, Richard:

(A) não poderá ser responsabilizado pelas mortes;

(B) responderá por homicídio culposo, diante de sua negligência;

(C) responderá por homicídio culposo, diante de sua imprudência;

- (D) responderá por homicídio culposo, diante de sua imperícia;
 (E) responderá por homicídio doloso, porque assumiu o risco do resultado.

7. FGV - 2024

João, após adentrar uma casa vazia, subtrai, sem violência ou grave ameaça, R\$ 20.000,00 em espécie, evadindo-se na sequência. No dia seguinte, ao assistir ao noticiário televisivo, João toma ciência de que os valores seriam empregados para o pagamento de cirurgia que uma criança, em breve, realizaria.

Assim sendo, sem que houvesse qualquer inquérito policial ou ação penal em andamento, o agente devolve os valores pecuniários aos legítimos proprietários. Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João:

- (A) responderá pelo crime praticado, mas a pena do agente será reduzida de um a dois terços, por força da desistência voluntária;
 (B) responderá pelo crime praticado, mas a pena do agente será reduzida de um a dois terços, por força do arrependimento posterior;
 (C) responderá pelo crime praticado, mas a pena do agente será reduzida de um a dois terços, por força do arrependimento eficaz;
 (D) não responderá por qualquer crime, em razão do arrependimento posterior;
 (E) não responderá por qualquer crime, em razão do arrependimento eficaz.

8. FGV - 2024

Wallace, presidente da República, editou um decreto com o objetivo de extinguir a punibilidade de todos os condenados pela prática do crime de estelionato que, após o início do cumprimento da pena, tenham sido acometidos por paraplegia, comprovada por laudo médico oficial ou, na sua falta, por médico designado pelo juízo da execução, observados os demais requisitos previstos em lei.

Considerando as disposições do Código Penal, a punibilidade dos condenados que se encontram na situação supramencionada será extinta em razão do(a):

- (A) perdão judicial;
 (B) perempção;
 (C) indulto;
 (D) anistia;
 (E) graça.

9. FGV - 2023

A expressão *abolitio criminis* corresponde à extinção

- (A) da punibilidade em razão do pagamento da indenização decorrente do crime.
 (B) nominal do crime, ainda que haja manutenção alhures da estrutura típica.
 (C) da punibilidade pela retroatividade de lei descriminalizadora.
 (D) da punibilidade em razão da entrada em vigor de lei mitigadora da sanção penal aplicável ao apenado.
 (E) da punibilidade por força de decreto emanado do Presidente da República.

10. FGV - 2023

No dia em que completou 18 anos de idade, em 01 de janeiro de 2018, Marcos foi ao shopping center com sua família para comemorar seu aniversário na praça de alimentação. Após deixar seus familiares no restaurante, Marcos ingressou, sozinho, em uma loja de materiais esportivos e levou consigo, clandestinamente, várias camisas de clubes de futebol. Já no caminho de volta para casa, após ser repreendido por seus pais, Marcos decidiu devolver as camisas que levava. Mesmo assim, a funcionária da loja registrou a ocorrência do fato na Delegacia de Polícia e o Ministério Público denunciou Marcos pelo crime de furto. A denúncia foi recebida pelo Juízo apenas no dia 12 de outubro de 2023.

Diante de tal situação, pode-se afirmar corretamente que houve

- (A) tentativa de furto qualificado.
 (B) desistência voluntária.
 (C) arrependimento eficaz.
 (D) prescrição.
 (E) crime impossível.

11. FGV - 2024

Caio, policial civil, vai à residência de sua sogra, que enviuvou recentemente. Após conversar com ela, percebe que está muito triste com a perda do marido, chegando a falar em suicídio, o que desperta cobiça em Caio, já que sua mulher, por ser filha única, herdará todos os bens em caso de falecimento de sua mãe. Ao sair da residência, Caio deixa, deliberadamente, a bolsa capanga com sua arma sobre a mesa, na expectativa de que a sogra a utilize para se matar. No caminho de casa, para criar um álibi, ele telefona para a mulher e, durante a conversa, diz que esqueceu a arma na casa da sogra e que voltará imediatamente para lá, pois está preocupado que ela possa fazer uma besteira. Chegando ao local, depois de tocar repetidamente a campainha, sem resposta, Caio arromba a porta e, assim que ingressa no imóvel, avista a sogra já morta, com marca de tiro na cabeça e sua arma próxima ao corpo, tendo ela efetivamente se matado com a arma ali deixada por ele.

Diante do caso narrado, Caio, em relação à morte da sogra:

- (A) cometeu o crime de homicídio doloso;
- (B) cometeu o crime de homicídio culposo;
- (C) cometeu o crime de omissão de cautela;
- (D) cometeu o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação;
- (E) cometeu os crimes de omissão de cautela e de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.

12. FGV - 2024

Um médico ginecologista/obstetra realizou uma interrupção de gravidez de 23 semanas, sob solicitação e consentimento formal da gestante, após ato de estupro confirmado, em uma mulher de 26 anos, cuja gravidez desencadeou estado de ansiedade generalizado.

Nesse caso, o ato realizado pelo médico é considerado:

- (A) crime, segundo o Código Penal, Artigo 128, pelo fato de a idade gestacional ser superior a 12 semanas;
- (B) crime, segundo os Artigos 124 a 126 do Código Penal de 1940, que considera o aborto ilegal no país;

(C) contravenção civil, pois, segundo o Código Civil, o embrião é considerado cidadão com personalidade jurídica, com seus direitos civis totalmente estabelecidos;

(D) legal, por ser uma gravidez decorrente de estupro, segundo o Artigo 128, do Código Penal de 1940;

(E) legal, por ser o embrião considerado pelo Código Civil como, ainda, uma potencialidade de vida como cidadão, sem personalidade jurídica estabelecida.

13. FGV - 2024

Caio, 18 anos, Tício, 20 anos e Mévio, 22 anos, integram uma torcida organizada de uma agremiação futebolística. No dia de uma partida de seu clube, encontram um torcedor do time rival sozinho, saindo do trem a uma curta distância. Mévio então olhou para Caio e Tício e fez gestos com as mãos denotando que os três perseguissem e agredissem o torcedor rival. Ao efetivamente alcançarem a vítima, o lesionaram com socos e pontapés.

Pelo exposto, é correto afirmar que Caio, Tício e Mévio devem responder por crime de

- (A) lesão corporal, cada qual isoladamente, eis que não houve concurso de pessoas e sim autoria colateral.
- (B) lesão corporal em concurso de pessoas.
- (C) associação criminosa e crime de lesão corporal.
- (D) constrangimento ilegal e crime de lesão corporal.
- (E) organização criminosa e crime de lesão corporal.

14. FGV - 2024

Giles, ex-namorado de Hildebranda, ao tomar conhecimento de que ela está em um novo relacionamento amoroso, movido pelo ciúme, decide dar-lhe uma surra e, para tanto, convida-a a ir ao seu apartamento, sob o pretexto de que gostaria de lhe devolver alguns pertences pessoais, deixados por ela no imóvel.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. FGV - 2024

João ingressou com uma queixa-crime, no contexto das ações penais de iniciativa privada, em face de Jonatas, ao argumento de que o último o teria injuriado. Nada obstante, no curso da persecução penal em juízo, João perdoou o querelado, com a aceitação do último. Com efeito, houve a extinção de punibilidade e o encerramento do processo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o perdão de João, no curso da relação processual, é uma manifestação do princípio da

- (A) oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.
- (B) transcendência da ação penal de iniciativa privada.
- (C) disponibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (D) divisibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (E) oficialidade da ação penal de iniciativa privada.

2. FGV - 2024

Acerca dos princípios reitores do processo penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como corolário do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso a todos elementos de prova, já documentados ou não, no procedimento investigatório conduzido pela polícia judiciária.
- (B) O princípio do juiz natural inviabiliza que a pena cumprida no estrangeiro exclua ou reduza a pena a ser cumprida no Brasil, ainda que se trate do mesmo fato criminoso.
- (C) Embora não seja absoluto, o princípio da identidade física consiste no mandamento de que o juiz que presidiu a instrução deverá, a princípio, proferir a sentença.
- (D) Como decorrência do princípio do contraditório, pode-se afirmar que tanto a falta de defesa quanto sua deficiência ensejam a nulidade absoluta do processo, independentemente da prova

de prejuízo para o réu.

(E) Embora vigente o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, o exercício do direito de permanecer em silêncio não impede que o juiz considere esta circunstância em prejuízo do réu na sentença.

3. FGV - 2024

A diretriz segundo a qual ninguém pode ser punido criminalmente antes do trânsito em julgado da decisão condenatória retrata

- (A) o princípio da ampla defesa.
- (B) o princípio do contraditório.
- (C) o princípio da presunção de inocência.
- (D) o princípio da paridade de armas.
- (E) o princípio da inafastabilidade.

4. FGV - 2022

Policiais militares estavam em patrulhamento de rotina, quando avistaram indivíduos que fugiram ao ver a viatura policial, um dos quais entrou em sua residência. Sem que houvesse denúncia anônima e sem autorização judicial, a guarnição policial ingressou na residência, momento em que se logrou apreender entorpecentes. Apresentando a ocorrência na unidade de Polícia Judiciária, a guarnição policial fez constar que um vizinho teria autorizado o ingresso na residência.

Diante desse cenário, é **correto** afirmar que a prisão é:

- (A) ilegal, diante da ausência de prévia autorização judicial para busca na residência;
- (B) legal, por haver flagrante de crime permanente, o que dispensa a prévia autorização judicial;
- (C) legal, diante do consentimento válido do vizinho para ingresso na residência;
- (D) legal, diante da configuração de justa causa para a ação policial;
- (E) ilegal, pois a busca e apreensão não poderia ser executada pela Polícia Militar.

5. FGV - 2022

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

- (A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;
- (B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;
- (C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;
- (D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do *nemo tenetur se detegere* e da vedação à analogia *in malam partem*;
- (E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

6. FGV - 2022

Jurandir, casado com Maria e pai de Josué, de apenas 06 meses de idade, angustiado com a situação financeira da família após mais de sete meses desempregado, aceita convite de traficante da localidade onde reside para vender uma carga de entorpecentes e, com isso, receber R\$500,00. Durante seu primeiro dia vendendo drogas, é abordado por policiais militares e preso em flagrante delito, sendo imediatamente apresentado à Autoridade Policial que, em observância ao Art. 6º, inciso V, do CPP, passa a ouvi-lo, insistindo para Jurandir falar tudo o que ocorrerá.

Em relação à atuação do Delegado de Polícia, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Agiu de maneira correta, porquanto cumpriu, na íntegra, o disposto no Art. 6º, inciso V, do CPP, que diz “logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura”.

(B) Agiu em desconformidade com o que dispõe o princípio da não autoincriminação, pois deveria, obrigatoriamente, informar Jurandir acerca de seu direito ao silêncio; entretanto, nenhuma consequência jurídica haverá uma vez que Jurandir foi, de fato, preso em flagrante delito.

(C) Procedeu em desconformidade com o que dispõe o princípio da não autoincriminação, pois deveria obrigatoriamente informar Jurandir acerca de seu direito ao silêncio. Assim, a prova produzida deve ser considerada ilícita pois restou violado o direito do preso ao silêncio e à não autoincriminação, nos termos do Art. 5º, inciso LXIII, da Constituição do Brasil de 1988.

(D) Atuou de maneira correta, uma vez que o direito ao silêncio e à não autoincriminação, decorrente da Constituição do Brasil de 1988 (Art. 5º, inciso LXIII) visa proteger tão só aqueles que são detidos por serem suspeitos da prática de algum crime e não aqueles presos em flagrante delito.

(E) Procedeu de maneira incorreta, pois não poderia ouvir Jurandir sem antes comunicar sua prisão ao Ministério Público.

7. FGV - 2025

Acerca das disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a **verdadeira** e (F) para a **falsa**.

() Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

() Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que essa não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

() Nos crimes em que não couber ação penal de iniciativa pública, os autos do inquérito permanecerão na Delegacia de Polícia, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.

- (D) F – F – F.
(E) V – V – V.

8. FGV - 2024

Demétrio é investigado e indiciado pela prática do crime de receptação qualificada. Demétrio comparece à delegacia com a sua defesa técnica e explica que gostaria de prestar esclarecimentos acerca dos fatos por considerar que a investigação é totalmente im procedente. O delegado de polícia, porém, conclui o inquérito sem ouvir as declarações do imputado por considerá-las irrelevantes; pois, segundo ele, além de dispor de todo o acervo probatório sobre a materialidade delitiva, e para não causar atropelo à persecução penal, o investigado poderia fazer uso do direito ao silêncio.

Em relação à situação-problema hipotética, considerando as disposições do Código de Processo Penal, da Constituição da República, e da Jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Embora não exista propriamente uma dialética na fase da persecução criminal, as declarações do imputado, quando deseja prestá-las, em sede policial, não poderão ser interpretadas como tumulto ou retardamento às investigações, pois elas podem esclarecer fatos, circunstâncias, e podem evitar a inobservância das normas constitucionais e legais na fase pré-processual.

() No curso do inquérito policial, conforme a disciplina do Código de Processo Penal, o imputado deve ser ouvido e não interrogado. Todavia, as declarações prestadas pelo investigado devem ser regidas pelas normas processuais relacionadas ao interrogatório judicial.

() Em âmbito judicial, formada a sua convicção acerca da autoria do crime, a dispensa do interrogatório do acusado, por parte do juiz, não deve conduzir à nulidade processual, se existirem outros meios probatórios disponíveis para a formação da verdade real.

() No modelo acusatório, o interrogatório do acusado, para além de ser um ato personalíssimo e defensivo, é ato tipicamente judicial; entretanto, em sede policial, considerando o interrogatório como um meio de prova e meio de defesa, o investigado deverá ser advertido pelo delegado de polícia de que o seu silêncio poderá prejudicar a sua defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
(B) V – V – F – V.
(C) F – V – F – V.
(D) F – F – V – F.
(E) V – V – V – F.

9. FGV - 2024

Nos termos da legislação processual vigente, em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

(A) a polícia judiciária será exercida pelo Ministério Público e pelas Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.

(B) a polícia judiciária será exercida pelas Forças Armadas no Distrito Federal e pela Polícia Civil nos Estados.

(C) a polícia judiciária será exercida por juízes especificamente designados no âmbito de cada Tribunal.

(D) a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições.

(E) a polícia judiciária será exercida pela Polícia Federal nos casos de crimes graves de repercussão internacional.

10. FGV - 2024

Após ser cientificado sobre a existência de uma investigação em curso em seu desfavor, Caio entrou em contato com João, amigo de longa data e advogado atuante na seara criminal, o qual lhe orientou tecnicamente, informando-o sobre os regramentos aplicáveis ao inquérito policial e os desdobramentos daí decorrentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao Ministério Público, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

(B) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

(C) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, desde que não haja prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria.

(D) depois de arquivado o inquérito policial, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial somente poderá desarquivá-lo se obtiver provas novas.

(E) a autoridade policial assegurará, no inquérito, a publicidade inerente aos atos públicos, salvo decisão judicial em sentido contrário.

11. FGV - 2024

Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.

(C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.

(D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.

(E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

12. FGV - 2022

De acordo com a alteração determinada pela Lei nº 13.964/2019, o indiciado poderá constituir defensor nos casos em que policiais figurarem como investigados em inquéritos policiais ou qualquer outra forma de investigação preliminar, cujo objeto seja fato relacionado ao uso da força letal:

(A) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada;

(B) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma consumada;

(C) desde que praticado no exercício profissional, de forma tentada;

(D) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma tentada;

(E) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada ou tentada.

13. FGV - 2022

São critérios utilizados para distribuição de atribuições da polícia judiciária entre as diversas autoridades policiais:

(A) territorial e funcional;

(B) funcional e material;

(C) territorial e temporal;

(D) funcional e temporal;

(E) territorial e material.

14. FGV - 2022

A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia. A partir dos dados apresentados, é **correto** afirmar que, no caso,

(A) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.

(B) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.

DIREITO PENAL MILITAR

1. De acordo com o Código Penal Militar (CPM), são considerados crimes militares em tempo de paz aqueles cometidos por militares ou civis em determinadas circunstâncias. Acerca do conceito de crime militar, analise as afirmativas abaixo:

- I. Um crime cometido por um militar contra outro militar dentro de uma unidade militar é, em regra, considerado crime militar.
- II. Civis podem cometer crimes militares, desde que o crime esteja previsto no Código Penal Militar e afete a administração militar ou a segurança das Forças Armadas.
- III. Crimes militares podem ocorrer apenas durante o serviço ativo do militar, não sendo possível que um militar da reserva cometa crime militar.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas II e III estão corretas.
- (C) Apenas I e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.
- (E) Nenhuma das afirmativas está correta.

2. No contexto da legislação penal militar, o conceito de crime militar próprio refere-se a infrações que:

- (A) São praticadas exclusivamente por militares e não possuem correspondência no Código Penal comum.
- (B) Podem ser praticadas tanto por militares quanto por civis, desde que a vítima seja militar.
- (C) Estão previstas no Código Penal Militar, mas podem ser julgadas pela Justiça Comum, dependendo do local do crime.
- (D) Sempre exigem a presença de dolo específico e grave dano à administração militar.
- (E) São aqueles previstos no Código Penal Militar e que podem ser cometidos por qualquer cidadão.

3. Segundo o Código Penal Militar, um civil pode ser responsabilizado por crime militar quando:

- (A) Cometer um crime contra o patrimônio das Forças Armadas ou contra autoridade militar no exercício de sua função.

(B) Praticar qualquer infração dentro de um quartel, independentemente da relação com a atividade militar.

(C) Desacatar um policial militar fora do serviço e sem vínculo com atividade militar.

(D) Agredir um militar reformado, ainda que por motivos pessoais e sem relação com a função militar.

(E) Ofender moralmente um militar em redes sociais, independentemente do contexto.

4. O Código Penal Militar prevê a tipificação dos crimes militares, separando-os entre crimes militares em tempo de paz e crimes militares em tempo de guerra. Um exemplo de crime que pode ser classificado como militar em tempo de guerra, mas não necessariamente em tempo de paz, é:

- (A) Deserção.
- (B) Motim.
- (C) Espionagem.
- (D) Recusa de obediência.
- (E) Peculato militar.

5. Sobre a competência para o julgamento de crimes militares, assinale a alternativa correta:

(A) Todo crime cometido por um policial militar deve ser julgado pela Justiça Militar, independentemente do contexto.

(B) A Justiça Militar Estadual é responsável pelo julgamento de crimes militares praticados por integrantes das Forças Armadas.

(C) A Justiça Comum pode julgar crimes militares quando envolverem civis, mesmo que o crime esteja previsto no Código Penal Militar.

(D) A Justiça Militar Federal julga os crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas, enquanto a Justiça Militar Estadual julga crimes praticados por policiais e bombeiros militares.

(E) Em tempo de paz, os crimes militares cometidos por militares estaduais são julgados pela Justiça Comum.

6. De acordo com o Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), a violência contra superior hierárquico é considerada crime militar. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- (A) A violência contra superior somente se configura quando praticada por oficial contra oficial de patente superior.
- (B) O crime de violência contra superior só ocorre quando há contato físico entre os envolvidos.
- (C) Para caracterização do crime de violência contra superior, é necessário que o militar agredido esteja em serviço no momento da ação.
- (D) A configuração desse crime independe da condição de serviço do superior, bastando a comprovação da relação hierárquica.
- (E) O crime de violência contra superior só se caracteriza quando resulta em lesão corporal grave ou morte.

7. O crime de violência contra superior, previsto no Código Penal Militar, pode ser praticado por:

- (A) Qualquer militar contra qualquer outro militar, independentemente da hierarquia.
- (B) Qualquer civil que agrida um militar em função de sua atividade profissional.
- (C) Um subordinado contra seu superior hierárquico, desde que este esteja no exercício da função ou em razão dela.
- (D) Apenas por oficiais de patente inferior contra oficiais de patente superior.
- (E) Um militar da reserva contra um superior, independentemente da relação hierárquica funcional.

8. Nos termos do Código Penal Militar, a pena para o crime de violência contra superior pode ser aumentada quando:

- (A) O crime for praticado mediante uso de arma.
- (B) O crime for cometido dentro da unidade militar, mas sem testemunhas.
- (C) O superior hierárquico consentir com a violência antes da prática do ato.
- (D) A violência resultar em lesão leve, mas causar danos patrimoniais à unidade militar.
- (E) O crime ocorrer em local público, mas sem relação com a atividade militar.

9. No Código Penal Militar, a distinção entre desacato e violência contra superior ocorre principalmente porque:

- (A) No desacato, há agressão física, enquanto na violência contra superior, há apenas insulto verbal.
- (B) O desacato ocorre apenas quando há testemunhas, enquanto a violência contra superior pode ocorrer em qualquer circunstância.
- (C) O desacato é um crime verbal, enquanto a violência contra superior envolve agressão física.
- (D) O crime de violência contra superior exige intenção de humilhar o superior, enquanto o desacato não exige esse elemento subjetivo.
- (E) Ambos os crimes são idênticos, diferenciando-se apenas pela pena aplicada.

10. Conforme previsto no Código Penal Militar, a prática de violência contra oficial de serviço configura crime quando:

- (A) O agressor for um civil, desde que dentro de uma área militar.
- (B) A violência ocorrer independentemente da função exercida pelo oficial no momento do ato.
- (C) O oficial estiver atuando no exercício de sua função e o agressor souber dessa condição.
- (D) O ato for cometido contra qualquer militar, independentemente do posto ou graduação.
- (E) A violência ocorrer fora do serviço, mas envolver um militar da ativa.

11. No contexto do Código Penal Militar, a coação irresistível pode ser definida como:

- (A) Uma situação em que o agente pratica um crime por medo de represálias, ainda que tenha liberdade de escolha.
- (B) Uma ameaça que restringe a liberdade do agente, mas que pode ser evitada com razoável esforço.
- (C) Uma situação em que o agente pratica um crime sob ameaça grave, sendo impossível resistir à coação.
- (D) Uma situação em que o militar recebe uma ordem ilegal e a cumpre voluntariamente, alegando coerção moral.
- (E) Um contexto no qual o subordinado recebe ordem manifestamente ilegal e a cumpre para evitar punição disciplinar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

1. FGV - 2023

Sobre aplicação da pena no âmbito do Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Código Penal militar não trata da figura da reincidência específica, apenas da reincidência genérica, da mesma forma prevista no Código Penal;
- (B) No concurso de agravantes e atenuantes, deve sempre preponderar, em nome da hierarquia e disciplina, as circunstâncias agravantes;
- (C) A pena de morte é executada de acordo com a escolha do réu, que tem um prazo de até 48 horas para definir a forma de execução;
- (D) A tentativa deve ser punida com a pena igual ao do crime consumado;
- (E) Equipara-se ao comandante, para efeito de aplicação da lei penal militar, toda autoridade com função de direção.

2. FGV - 2022

Sobre os crimes militares, em especial os crimes militares contra a flora, assinale a afirmativa correta.

- (A) Conforme previsão legal expressa, os institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/1995 aplicam-se aos crimes militares.
- (B) A partir da edição da Lei 13.491/2017, tornou-se possível que a Justiça Militar processe e julgue militar pelos crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 que trata de sanções penais de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- (C) É crime de perigo abstrato o ato de soltar balões que possam provocar incêndio nas florestas e demais formas de vegetação.
- (D) Os crimes militares contra a flora são de competência exclusiva da Justiça Militar da União, visto que se trata de bem sob responsabilidade e tutela da União.
- (E) Compete ao Conselho de Justiça processar e julgar crimes militares cometidos por civis.

3. FGV - 2022

Com base no Código Penal Militar, julgue as seguintes assertivas.

- I. Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis.
- II. Considera-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão quanto no momento do resultado do crime.
- III. Não exclui a imputabilidade penal a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.
- IV. Se uma lei posterior deixar de considerar um fato um crime, nenhum agente poderá ser punido, salvo se já tiver sido condenado por sentença irrecorrível.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

4. FGV - 2021

Com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

- (A) A suspensão condicional da pena não se aplica aos crimes militares.
- (B) Considera-se praticado o crime, o momento da ação ou omissão, desde que seja o mesmo do resultado.
- (C) O Código Penal Militar compreende, além dos crimes militares, as infrações aos regulamentos disciplinares.

(D) Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, o juiz deve atenuar a pena em 1/3.

(E) O tempo de guerra, para efeitos de aplicação da lei penal militar, começa com a declaração ou o reconhecimento do estado de guerra e termina quando ordenada a cessação das hostilidades.

5. FGV - 2021

O soldado Castro, militar da Polícia Militar do Estado do Ceará, pratica um delito durante a vigência de uma lei temporária. A referida lei determina que a pena do delito será agravada se o crime tiver sido praticado por militar. Ocorre que, na época de seu julgamento, a mencionada lei já não estava em vigor.

Sobre a situação descrita, com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Durante o julgamento, deve ser observada a lei mais benéfica para o réu.

(B) Durante o julgamento, deve ser aplicada a lei vigente.

(C) A lei temporária só será aplicada se for mais benéfica ao réu.

(D) A lei temporária, após o período de vigência, será aplicada ao fato ocorrido durante sua vigência, ainda que mais gravosa.

(E) A lei temporária não pode mais ser aplicada, uma vez decorrido seu período de vigência.

6. FGV - 2021

Com base no Código Penal Militar, avalie as afirmativas a seguir.

I. Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis.

II. O Código Penal Militar adota a teoria mista em relação ao tempo do crime, considerando-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão, quanto no momento do resultado do crime.

III. Se uma lei posterior deixar de considerar um fato de um crime, nenhum agente poderá ser punido, salvo se já tiver sido condenado por sentença irrecorrível.

Está **correto** o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.

7. FGV - 2024

Durante patrulhamento motorizado de rotina, por volta das 22 horas e 30 minutos, a guarnição comandada pelo sargento Athos e composta pelos soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan logrou identificar residência que, segundo Porthos se recordava, havia sido mencionada por um informante como suposto ponto de armazenamento de material entorpecente destinado ao tráfico de drogas.

Diante dessa informação, Aramis sugeriu, com a entusiasmada aprovação de Porthos e D'Artagnan, que ingressassem na residência pulando o muro e procedessem a uma revista na área externa da casa. O sargento Athos, no entanto, declarou expressamente seu desacordo, afirmando que sequer sairia da viatura e que não contassem com ele para nada.

Mesmo assim, após desembarcarem do veículo, Porthos e Aramis pularam o muro da residência, enquanto D'Artagnan permaneceu no portão, vigiando para o caso de alguém chegar.

Após nada ser encontrado na referida revista, os três soldados retornaram à viatura onde o sargento Athos, ainda bastante aborrecido, afirmou que, se não fossem amigos e não trabalhassem juntos há tanto tempo, os prenderia todos em flagrante.

Diante do acima exposto, é correto afirmar, em relação às condutas dos policiais militares referidos, que:

(A) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos responderá pelo mesmo crime, mas, com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinha o dever legal de agir para evitar o resultado e podia fazê-lo;

(B) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, sendo Porthos e Aramis coautores do delito e D'Artagnan partícipe, enquanto o sargento Athos responderá pelo crime militar de prevaricação, ao deixar de prender em flagrante os policiais militares acima referidos, visando a satisfazer o sentimento pessoal de amizade para com eles;

(C) os soldados Porthos e Aramis irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos e o soldado D'Artagnan responderão pelo crime militar de prevaricação, ao deixarem de prender em flagrante os policiais militares acima referidos, visando a satisfazer o sentimento pessoal de amizade para com eles;

(D) os soldados Porthos e Aramis irão responder em coautoria pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, enquanto o sargento Athos e o soldado D'Artagnan responderão pelo mesmo crime, mas com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinham o dever legal de agir para evitar o resultado e podiam fazê-lo;

(E) os soldados Porthos, Aramis e D'Artagnan irão responder pelo crime militar de violação de domicílio qualificada e com a causa de aumento de pena por estarem de serviço, sendo Porthos e Aramis coautores do delito e D'Artagnan partícipe, enquanto o sargento Athos responderá pelo mesmo crime, mas com fundamento na omissão penalmente relevante, uma vez que tinha o dever legal de agir para evitar o resultado e podia fazê-lo.

8. FGV - 2022

Com base no Código Penal Militar, é correto afirmar que

(A) o Código Penal Militar estabelece as normas aplicáveis aos crimes militares e às infrações e transgressões disciplinares praticadas por militares.

(B) o erro de fato do Código Penal Militar não isenta o agente de pena, pois ao incidir sobre o fato que constitui o crime não importa se o erro é escusável ou inescusável, causando apenas uma atenuação da pena em medida proporcional ao erro.

(C) com exceção da modalidade culposa, o crime de ingresso clandestino do Código Penal Militar exige um dolo específico do agente de penetração em lugar sujeito à administração militar.

(D) a coação de ordem física não pode ser invocada pelo agente nos crimes em que há violação do dever militar.

(E) o erro de direito do Código Penal Militar está relacionado com a ignorância ou falsa interpretação da lei. A regra castrense diverge da do Código Penal Comum, uma vez que mesmo sendo escusável, o erro não exclui o dolo, mas apenas atenua ou permite a substituição da pena.

9. FGV - 2021

Quanto às hipóteses de antijuricidade e culpabilidade aplicáveis ao Direito Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

(A) Não é culpado o agente que violar dever militar sob coação moral irresistível.

(B) O estado de necessidade pode excluir a culpabilidade do agente ou o próprio crime, a depender do caso, conforme previsto no CPM.

(C) Tendo em vista a supremacia de regras e princípios próprios ao Direito Penal Militar, a embriaguez não é causa de exclusão da imputabilidade penal.

(D) Em regra, são imputáveis penalmente apenas os maiores de 18 anos, mas, excepcionalmente, podem responder por crime militar os menores, desde que se enquadrem nas hipóteses de "equiparação a maiores" previstas no CPM.

(E) O agente que, em legítima defesa, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este for punível, a título de culpa, ainda que o excesso resulte de escusável surpresa ou perturbação de ânimo em face da situação.

10. FGV - 2021

Com base no Código Penal Militar, avalie as afirmativas a seguir.

I. O erro de direito do Código Penal Militar está relacionado com a ignorância ou falsa interpretação da lei. A regra castrense diverge da do Código Penal Comum, uma vez que mesmo sendo escusável, o erro não exclui o dolo, mas apenas atenua ou permite a substituição da pena.

II. O erro de fato do Código Penal Militar não isenta o agente de pena, pois ao incidir sobre o fato que constitui o crime não importa se o erro é escusável ou inescusável, causando apenas uma atenuação da pena em medida proporcional ao erro.

III. Nos crimes em que há violação do dever militar, as únicas hipóteses de coação, que podem ser invocadas pelo agente, são de ordem física ou material.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

11. FGV - 2024

Em decorrência do agravamento de enfermidade psíquica, Demóstenes de Atenas, major da PM, foi aposentado por incapacidade laborativa de permanecer nos quadros ativos da Polícia Militar do Estado XX. Meses antes da aposentação, já severamente doente, Demóstenes foi preso em flagrante por ter cometido lesões corporais e desacato a superiores, tendo-lhes ofendido o decoro e deprimido a autoridade durante cerimônia militar pelo aniversário do seu batalhão. Quando das condutas delitivas, Demóstenes se encontrava de licença médica, tendo suspenso, por conta própria, a ingestão de medicamentos de uso controlado na crença de que estivesse curado, desejoso de retornar ao trabalho o mais rápido possível. Diante da suspensão da medicação, o corpo médico administrativo que o assistia considerou que ele enfrentava, ao tempo dos fatos criminosos, considerável diminuição da capacidade de compreender o caráter ilícito dos crimes praticados.

Levando em conta que, após a prisão em flagrante, Demóstenes foi denunciado pela prática de três desacatos a superior e três lesões corporais, todos em concurso material, é correto afirmar que:

- (A) em caso de comprovação dos fatos narrados na denúncia, bem como da comprovação das impressões médicas sobre o estado psíquico do réu Demóstenes ao tempo dos crimes, o réu deverá ser condenado, mas poderá ter a pena atenuada em razão da doença, sem prejuízo de a reprimenda ser substituída por tratamento curativo;
- (B) em caso de comprovação dos fatos narrados na denúncia, a superveniência de aposentadoria por invalidez retroage à época dos fatos narrados na denúncia e determina a inimizabilidade penal do réu Demóstenes;

(C) em caso de comprovação dos fatos narrados na denúncia e da comprovação das impressões médicas quanto ao estado psíquico do réu Demóstenes no momento dos crimes, estará obstada sua condenação criminal desde que a sentença seja proferida em momento posterior ao da sua aposentação;

(D) a comprovação pericial do grau da enfermidade mental do réu Demóstenes ao momento dos crimes, tal qual indiciada pelo corpo médico administrativo, obsta sua condenação criminal independentemente do momento da sua aposentação;

(E) a suspensão voluntária da medicação impede que o réu Demóstenes seja considerado inimputável, uma vez que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.

12. FGV - 2024

A teor do Código Penal Militar, sempre agravará a pena decorrente da condenação do militar pela prática de crime militar, quando não integrar elementar do tipo ou qualificar o crime, a circunstância de ter o crime sido praticado em alguma das condições abaixo elencadas, **EXCETO**:

- (A) contra irmão;
- (B) em auditório da Justiça Militar;
- (C) em estado de embriaguez fortuita;
- (D) mediante surpresa;
- (E) em país estrangeiro.

13. FGV - 2024

Quando da fixação de pena privativa de liberdade, aplicável em decorrência de condenação por crime militar, o juiz togado levará em consideração dados fáticos encontrados no exame do processo a fim de adequar a reprimenda ao caso concreto.

Tais parâmetros, chamados de circunstâncias judiciais, são fruto do exercício de análise do magistrado e fundamentarão suas conclusões acerca das características da pena a ser aplicada.

Em tema de circunstâncias judiciais, na ortodoxia do Código Penal Militar, é correto afirmar que:

- (A) os antecedentes do réu, assim como sua atitude de insensibilidade, indiferença ou arrependimento após o crime, deverão ser valorados pelo magistrado como circunstâncias judiciais quando da fixação da pena privativa de liberdade;